



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Adm. Pública  
**Gabinete do Vereador Raoni Mendes**

**PARECER**

**PROJETO DE LEI DE Nº: 2235/2024** - Institui o Programa Municipal de Segurança Aquática, e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

A Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública (CFOOAP) analisa o Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Segurança Aquática no município de João Pessoa, com o objetivo de promover ações de conscientização, prevenção de afogamentos e ensino de práticas seguras em ambientes aquáticos.

A análise a seguir considera os aspectos econômicos, financeiros e orçamentários, conforme os itens solicitados, de acordo com o art. 43. I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa .

É o breve Relatório.

Passa-se a opinar.

**II – ANÁLISE DO MÉRITO**

O Projeto de Lei não prevê a criação ou alteração de tributos, abertura de créditos adicionais, operações de crédito, anistias, remissões de dívidas ou medidas que impactem diretamente o patrimônio municipal. Contudo, a implementação do Programa Municipal de Segurança Aquática implica despesas públicas, como:

- **Custeio de campanhas educativas** (palestras, materiais informativos, eventos);



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Adm. Pública  
**Gabinete do Vereador Raoni Mendes**

- **Programas de ensino de natação** (infraestrutura, contratação de profissionais, equipamentos);
- **Parcerias e convênios** com entidades esportivas ou empresariais, que podem exigir repasses financeiros ou contrapartidas do município.

Embora o art. 3º condição das ações às “disponibilidades orçamentárias e financeiras”, o projeto não apresenta estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme exigido pelo art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101/2000).

A ausência dessa estimativa pode comprometer as previsões financeiras do programa, especialmente se forem necessários gastos com pessoal, infraestrutura ou convênios. Recomenda-se que o Executivo apresente estudo de impacto financeiro, detalhando fontes de custeio (ex.: doações orçamentárias existentes, emendas parlamentares ou parcerias) para evitar o descumprimento da LRF.

Os convênios indicados no § 1º do art. 3º podem gerar despesas indiretas, como repasses a entidades privadas, cuja execução deve observar os princípios da economicidade e transparência (Lei nº 8.666/1993). Além disso, a priorização de pessoas em vulnerabilidade social (§ 2º do art. 3º) pode exigir a criação de mecanismos de cadastro e fiscalização, o que também gera custos administrativos.

O projeto não menciona explicitamente sua adequação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou à Lei Orçamentária Anual (LOA). Para sua execução, será necessário incluir as ações do Programa Municipal de Segurança Aquática no PPA e na LDO, com dotações específicas na LOA, especialmente para:

- Campanhas de conscientização (art. 2º, incisos I e II);
- Programas educativos e de formação de multiplicadores (art. 2º, incisos III e IV);
- Ensino de natação para crianças (art. 2º, inciso V).

A ausência de previsão orçamentária no projeto pode dificultar sua implementação, especialmente se as ações exigirem recursos além das doações existentes.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
**Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Adm. Pública**  
**Gabinete do Vereador Raoni Mendes**

Recomenda-se que o Executivo identifique rubricas orçamentárias ou proponha remanejamentos para financiar o programa, garantindo compatibilidade com o planejamento fiscal.

### **III – CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES**

O projeto alinha-se aos princípios da legalidade e da eficiência (Constituição Federal, art. 37), promovendo segurança e inclusão social. Contudo, a execução deve garantir a economicidade, especialmente nos convênios com entidades privadas, que devem ser fiscalizados para evitar custos excessivos ou desvios.

O programa tem potencial para reduzir acidentes aquáticos e promover a inclusão social, especialmente pelo ensino de natação para crianças em vulnerabilidade. No entanto, a sua efetividade dependerá da capacidade de implementação, incluindo a disponibilidade de profissionais integrados e infraestrutura adequada.

A possibilidade de parcerias com entidades esportivas e empresas (art. 3º) é positiva, mas exige regulamentação clara para definir critérios de seleção, contrapartidas e fiscalização. O envolvimento do Corpo de Bombeiros (art. 4º) deve ser formalizado por convênio, considerando que este é um órgão estadual, o que pode exigir articulação intergovernamental.

A condicionante de “disponibilidades orçamentárias” (art. 3º) protege o município contra gastos incompatíveis, mas a ausência de planejamento financeiro prévio pode limitar a execução do programa. Recomenda-se a inclusão de metas e indicadores no PPA para monitorar resultados e custos.

### **IV – CONCLUSÃO**

O Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Segurança Aquática apresenta méritos sociais relevantes, mas carece de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme exigido pela LRF. As ações previstas (campanhas,



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Adm. Pública  
**Gabinete do Vereador Raoni Mendes**

palestras, ensino de natação) implicam despesas que devem ser planejadas no PPA, LDO e LOA, com fontes de custeio claro. A implementação por meio de parcerias e convênios é viável, desde que regulamentada para garantir transparência e eficiência. Não há impactos diretos no patrimônio municipal, na estrutura administrativa ou nas expirações do funcionalismo.

Após análise, opino pelo **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação do ***Projeto de Lei nº 2235/2024***, com as considerações acima, para assegurar conformidade com a legislação e a viabilidade operacional.

João Pessoa, 20 de maio de 2025.

---

**RAONI MENDES**

Vereador – DC

**Membro Relator**



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Adm. Pública  
**Gabinete do Vereador Raoni Mendes**

**V - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública opinaram pelo **VOTO DE APROVAÇÃO COM O PARECER FAVORÁVEL** do Projeto de Lei N°: 2235/2024, de acordo com o **VOTO DO RELATOR**.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2025.

---

**Tarcísio Jardim**  
Presidente

---

**Fábio Lopes**  
Vice-Presidente

---

**João Almeida**  
Membro

---

**Marcos Bandeira**  
Membro

---

**Marcos Henriques**  
Membro

---

**Ives Rocha Leitão**  
Membro

---

**RAONI MENDES**  
Membro Relator